

A economia paralela representa uma das manifestações mais complexas, resilientes e silenciosas do sistema económico contemporâneo. A sua existência não pode ser explicada apenas pela evasão fiscal, mas antes como reflexo de falhas estruturais na relação entre Estado e cidadão, desconfiança institucional e carência de políticas públicas inclusivas. Como afirma Stiglitz (2024), “o que é invisível também governa o mundo”. Esta dimensão oculta, frequentemente associada à informalidade, é simultaneamente um problema macroeconómico e um recurso de sobrevivência para milhares de famílias.

Em Portugal, o fenómeno não é marginal. O Centro de Estudos do Instituto Politécnico do Porto (2024) estima que a economia paralela represente aproximadamente 22% do Produto Interno Bruto, um valor significativo que evidencia a complexidade do entrelaçamento entre economia formal e informal. A informalidade económica não é uma anomalia, mas sim um mecanismo de adaptação a um sistema fiscal, burocrático e laboral que nem sempre consegue responder à realidade vivida por grande parte da população. A sua persistência revela muito sobre as desigualdades sociais, a ineficiência do sistema fiscal e a incapacidade de políticas públicas em garantir acesso equitativo à proteção social.

A literatura especializada oferece múltiplas definições do fenómeno. A Organização Internacional do Trabalho (2024) caracteriza a economia informal como o conjunto de atividades económicas não declaradas, que escapam ao controlo estatístico e fiscal. Esta definição abrange desde pequenos vendedores ambulantes e trabalhadores domésticos até modelos mais sofisticados de subcontratação digital. Frey e Schneider (2024) argumentam que a informalidade é, em muitos contextos, um indicador de baixa confiança institucional. Quando os cidadãos não percecionam retorno claro dos impostos que pagam ou enfrentam uma administração pública morosa e ineficaz, tendem a contornar as regras para garantir rendimento e segurança.

A Comissão Europeia (2025) estima que o trabalho não declarado gera perdas fiscais anuais superiores a 500 mil milhões de euros no espaço da União Europeia. Esta estimativa realça o impacto financeiro significativo da informalidade no financiamento das políticas públicas e evidencia a necessidade de estratégias integradas que não se limitem à repressão fiscal. O caso português apresenta especificidades culturais relevantes, entre as quais o chamado “desenrascanço”, que normaliza soluções informais e improvisadas como formas legítimas de resposta a um sistema percebido como excessivamente burocrático ou distante.

No plano global, a digitalização emergiu como um fator ambivalente. Por um lado, permite maior rastreabilidade das transações e pode ajudar a reduzir a informalidade através da digitalização fiscal. Por outro, abre novas zonas de ambiguidade jurídica e laboral, como evidenciado pelas plataformas Uber, Glovo e outros serviços de economia de partilha. Estas estruturas operam frequentemente em zonas cinzentas entre o formal e o informal, onde os trabalhadores não são plenamente protegidos por leis laborais tradicionais, nem reconhecidos como empresários autónomos. A OCDE (2025) alerta para o facto de que, se não forem reguladas com clareza, estas plataformas poderão reforçar desigualdades e precariedade.

No campo da saúde, a informalidade adquire uma dimensão ética e humana particularmente sensível. Estudos recentes de Henriques, Costa e Sousa (2025) mostram que cerca de 20% dos cuidados prestados em domicílio são realizados de forma informal por cuidadores não remunerados, frequentemente familiares. Estes cuidadores, embora desempenhem funções essenciais na continuidade dos cuidados de saúde, operam à margem do sistema formal, sem acesso a formação adequada, apoio psicológico ou reconhecimento institucional. A Enfermagem de Reabilitação, cuja prática se situa precisamente na interface entre o cuidado clínico e o apoio familiar, tem um papel estratégico na valorização e formalização ética destes cuidados.

A integração progressiva dos cuidadores informais em redes formais de saúde, através de programas de certificação, apoio técnico e formação contínua, representa uma resposta estruturada ao desafio da informalidade. Tal abordagem contribuiria não só para a qualidade dos cuidados prestados, como também para a sustentabilidade do sistema nacional de saúde. Projetos na Saúde RAM, desenvolvidos na Região Autónoma da Madeira, exemplificam estratégias inovadoras que articulam tecnologia, rastreabilidade e inclusão social, oferecendo modelos de microformalização dos cuidados com base em plataformas digitais.

A transformação da economia paralela exige, além disto, uma abordagem centrada na literacia financeira e na simplificação administrativa. O Banco de Portugal (2025) recomenda medidas orientadas para a redução da complexidade fiscal e o aumento da confiança nas instituições públicas. A formalização voluntária exige que os benefícios da legalidade sejam tangíveis, acessíveis e percecionados como superiores aos custos de integração no sistema.

Do ponto de vista metodológico, a análise da economia paralela não pode ser

monodisciplinar. Uma abordagem intersectorial, que cruze contributos da economia, da gestão pública, da inovação digital e das ciências da saúde, permite compreender o fenómeno na sua profundidade estrutural e cultural. A metodologia adotada neste trabalho inspira-se na lógica Delphi conceptual, integrando diferentes olhares para identificar oportunidades de inovação social e respostas éticas à informalidade.

Em última análise, a economia paralela não deve ser interpretada apenas como uma disfunção, mas também como um sintoma e, em certos contextos, como uma resposta adaptativa. Transformá-la requer políticas públicas que não se limitem à repressão, mas que apostem na inclusão, na transparência e na valorização do contributo informal. Na área da saúde, isto significa reconhecer e apoiar os cuidadores informais. Na economia, significa abrir canais para a formalização gradual e dignificante do trabalho informal. E na sociedade, significa cultivar uma nova ética de confiança entre cidadão e Estado.

Compreender a economia paralela é, portanto, compreender os limites e as possibilidades do próprio sistema económico. É reconhecer que aquilo que é invisível pode, muitas vezes, sustentar o que é visível. A informalidade, longe de ser apenas uma falha, é um espelho que revela onde o sistema precisa de se reinventar. O desafio das próximas décadas será precisamente transformar o invisível em visível, o marginal em valorizado e o necessário em reconhecido. Este será o verdadeiro teste de maturidade das economias que aspiram a ser mais justas, mais humanas e mais sustentáveis.

Referências Bibliográficas

Banco de Portugal. (2025). *Relatório anual de estabilidade financeira 2025*. Banco de Portugal.

Centro de Estudos do Instituto Politécnico do Porto. (2024). *Economia paralela e fiscalidade em Portugal*. CEIPP.

Comissão Europeia. (2025). *Undeclared work in the European Union: 2025 report*. European Commission.

Frey, B. S., & Schneider, F. (2024). *Informal economies and institutional trust in Europe*. Springer.

Henriques, F., Costa, P., & Sousa, M. (2025). Cuidados informais e economia paralela na

saúde portuguesa. *Revista Portuguesa de Enfermagem*, 48(2), 115-130.

Organização Internacional do Trabalho. (2024). *The informal economy in transition*. ILO Publications.

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2025). *Digital platforms and the shadow economy*. OECD Publishing.

Sen, A. (2024). *Development as freedom: Revisited in the digital era*. Harvard University Press.

Stiglitz, J. E. (2024). *The hidden iceberg: Informality, inequality and the future of capitalism*. Columbia University Press.